

Catadores de Recicláveis de Foz do Iguaçu: precarização do trabalho e organização em cooperativas

*Sônia Pelisser*¹

RESUMO: O presente ensaio visa apresentar principalmente as reflexões possibilitadas junto à turma 2008 de Mestrado em História da Unioeste, na disciplina de ‘Seminário de Pesquisa’, ministrada pela Professora Sônia Regina Mendonça. De acordo com discussões teórico-metodológicas, faz-se necessário apresentar algumas das intensas transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, tendo em vista as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores que catam materiais recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu. Esta pesquisa procura entre outros objetivos, travar discussões a respeito da visão e ações do poder público quanto às cooperativas de trabalhadores e, principalmente elucidar a visão destas pessoas a respeito do processo histórico em que estão inseridas de forma precária.

PALAVRAS-CHAVE:

Catadores de recicláveis; precarização do trabalho; cooperativas.

¹ Mestranda em História pela UNIOESTE, vinculada à Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, orientada pelo Professor Antônio de Pádua Bosi. Contato: soniapelisser@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Através de leituras bibliográficas, observa-se há algumas décadas intensas mudanças tanto no que se refere à organização do capital, quanto ao mundo dos trabalhadores. Podemos perceber algumas destas transformações nas relações de trabalho através do processo de reestruturação produtiva. Segundo Dias (1998, p.46),

a história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe.

Desta maneira, como alternativa ao regime fordista, os esforços concentravam-se em desenvolver métodos de trabalho que não mais estivessem submetidos apenas ao limite fabril, uma vez que as novas configurações do mundo do trabalho foram exigências do capital em se adequar a formas mais sutis de controle sobre os trabalhadores, como discutiremos mais adiante.

Isto resulta em um saldo muito negativo para a classe trabalhadora, principalmente, ao desarticular suas formas organizativas, acirrando o individualismo e desmobilizando em alguma medida as organizações coletivas de lutas dos trabalhadores. Várias são as formas encontradas para levar à cabo este processo, como a desterritorialização de plantas produtivas fabris, o “trabalho em domicílio” (principalmente em setores de tecnologia informacional e, vestuário), as conhecidas flexibilizações nas relações de trabalho, os

processos terceirizantes e outras novas formas² como se apresentam as possibilidades de ter uma ocupação atualmente.

No Brasil, podemos notar esta significativa mudança quando analisamos o chamado “setor informal”, que parecia ser uma exceção nas relações trabalhistas até meados da década de 1970, debate realizado por Francisco de Oliveira, que nota que não é mais possível desenvolver uma caracterização do trabalho segmentada por setores, o formal ou o informal. Neste sentido, notamos que o trabalho formal já não é a regra, pois, a maioria das relações trabalhistas na atualidade se dá sem a presença de contratos formais e assim, sem a proteção dos direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Segundo as considerações de Bosi sobre os trabalhadores envolvidos na cata de materiais recicláveis:

Na década de 1970, as pesquisas acadêmicas não lhes tinham ainda capturado como objeto de estudo. As parcelas desocupadas da força de trabalho – ou precariamente ocupadas – eram apresentadas como um fator complementar ao capitalismo brasileiro e não compunham, como hoje, mais da metade da população economicamente ativa do país. (IBGE, 2004 apud BOSI, 2008, p.103)

Podemos perceber tal elemento através do exemplo da cidade em que está proposta a análise deste projeto, onde existem mais de mil catadores de recicláveis³. De acordo com Cardin (2006, p.13):

² Sobre o “trabalhador hifenizado” (Exemplos: part-time, trabalhador por conta própria) consultar: HUW, Beynon. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.) Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1997. Adeus ao Proletariado. Para além do Socialismo. RJ: Forense, 1987.

³ Foz do Iguaçu é uma cidade com aproximadamente 311 mil habitantes. Ver em: www.fozdoiguacu.pr.gov.br

Em recente pesquisa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu constatou-se, por exemplo, que 67,5% das pessoas economicamente ativas na cidade atuavam direta ou indiretamente em atividades relacionadas com a compra e venda de mercadorias disponibilizadas pelo comércio paraguaio.

Procurando compreender tais transformações na esfera das relações trabalhistas, podemos encontrar nesta direção, Harry Braverman, apontando que as classes trabalhadoras e suas novas ocupações tendem a crescer em harmonia com a rápida mecanização e “automação” da indústria. Deste modo, como consequência da mecanização, diminui-se a quantidade de trabalhadores necessários para as indústrias, que são constantemente automatizadas e conseguem produzir mais com menos investimentos em força de trabalho, utilizando menos operários e intensificando a jornada dos mesmos, sem necessidade de novas contratações. Pois, *o propósito da maquinaria não é o aumento, mas a diminuição do número de trabalhadores ligados à ela.* (BRAVERMAN, 1987, p.325)

A mecanização da indústria produz um excedente relativo da população disponível para emprego a taxas inferiores de salário que caracterizam essas amplas ocupações. Em outras palavras, à medida que o capital transita para novos setores à busca de investimento lucrativo, as leis da acumulação do capital nos setores antigos operam para produzir a “força de trabalho” exigida pelo trabalho em suas novas encarnações (Braverman, 1987).

Nesta direção, Braverman (1987) estabelece uma relação entre mecanização e o chamado “exército industrial de reserva”, a superpopulação de trabalhadores disponíveis à exploração. Ocorre então, uma liberação de grande contingente de trabalhadores para serem explorados em setores com menor ou nenhum grau de mecanização, potencialmente trabalhadores que vão estar sujeitos às atividades mais precarizadas. Estes trabalhadores em situação de

“reserva” permitem que as taxas salariais se mantenham baixas, exercendo pressão aos que se mantêm no mercado de trabalho. Para o autor: *“Isto por sua vez estimula o investimento de capital em formas de trabalho que exigem massas de trabalho manual a baixo custo”*.

Quanto a estes trabalhadores, segundo Bosi, nota-se que se tornaram numericamente mais expressivos a partir da década de 1980, como uma força de trabalho que teve nos últimos quinze anos grande crescimento.

Com relação ao crescimento dessa força de trabalho no Brasil, pode-se projetá-lo retrospectivamente para a década de 1980, se computarmos como evidência a criação de diversas associações de catadores nas capitais e em algumas grandes cidades. Portanto, quando os catadores tornaram-se realidade como força de trabalho por volta da segunda metade da década de 1980, sua posição não foi de complementaridade, tal como eram definidos os trabalhadores autônomos na década de 1970. De outro modo, a expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores. (BOSI, 2008, p.5-6)

Assim, notamos que o setor industrial da reciclagem somente pôde ter suas atividades desempenhadas quando esta grande parcela de trabalhadores, que não conseguiu se manter no mercado de trabalho tornou-se disponível à exploração destas empresas, pois suas atividades tornam-se obsoletas ou simplesmente se extinguíram devido às transformações sociais ocorridas desde as últimas décadas. Podemos perceber este elemento na fala da catadora Regina dos Santos: *A gente veio [para Foz do Iguaçu] por causa de trabalho, né. (...)Eu trabaiei muitos anos aqui de diarista, né, fia (...). Daí o*

*desemprego foi apurando e daí a gente... e daí como a gente tem filhos pra criá, e não tinha da onde tirá, né? E a gente virô catador.*⁴

Por sua vez, o Estado age através de políticas sociais, focalizando esta população que convencionou que estava abaixo da “linha da pobreza”, conceito abstrato criado através de pesquisas encomendadas pelo governo para definir os níveis de miserabilidade da população brasileira.

Neste contexto de busca por “inserção” destes trabalhadores no mercado de trabalho, enquanto uma saída ou uma alternativa para enquadrar estas pessoas em alguma ocupação, surge as cooperativas. Em um primeiro momento, observa-se que apesar das práticas governamentais para lidar com estes agentes e, de entidades que visam “auxiliar” na organização destes trabalhadores em organizações coletivas de trabalho, as cooperativas em análise não podem ser pensadas apenas a partir de seu estatuto, regimento e nem se pautando nas legislações como o que realmente ocorre no cotidiano destas pessoas, pois deste modo, não é possível perceber como se constituem no conjunto dos trabalhadores cooperados e, muito menos, se pensarmos suas relações com aqueles catadores que estão trabalhando de forma “avulsa” nas ruas da cidade, sem o vínculo com a cooperativa.

Problemática da pesquisa: constituição, justificativa e objetivos.

Há um esforço em levantar um debate com as obras existentes sobre as temáticas afins, buscando enriquecer e problematizar através da produção científica, a compreensão sobre a realidade social e trabalhista à qual se inserem de forma precária estes

⁴ Entrevista realizada pela autora em 24 de julho de 2008.

trabalhadores. De acordo com Marx, o capital transformou o trabalho em algo sem ligação com o trabalhador e que passa, portanto, a ser de sua posse e por ele definido, pois a partir da divisão social do trabalho, o trabalhador perde suas condições de controle sobre o processo produtivo. Tal forma de trabalho se consolidou e avançou quando houve a introdução das máquinas, impulsionado o aumento da disciplina e do controle sobre os trabalhadores.

Nesse sentido, o capital estando sob o controle dos processos produtivos, atua de modo sistemático a fim de aumentar seus níveis de produção, ou seja, aumentando a exploração sobre os trabalhadores, o que vem a arrotar suas condições físicas e intelectuais. Este fator pode ser visualizado através de elementos como a intensificação e a extensão da jornada de trabalho, como no caso dos catadores que precisam encher seus carrinhos com um número mínimo de quilos com os quais poderão atingir um valor de venda que supra suas necessidades mais cotidianas de sobrevivência.

Acerca destas transformações nas relações entre trabalho e capital, cabe enfatizar que o trabalho precarizado sempre esteve presente na sociedade capitalista, onde as formas de exploração e precarização do trabalho tendem a aumentar com a procura cada vez maior de aumento dos lucros, sobretudo do “trabalho não-pago”, e a maneira mais clara e eficaz para se alcançar isto é diminuir os custos com a produção, principalmente com a força de trabalho humana. Segundo Bosi (2006, p.5):

A idéia de precarização representa, de um modo mais geral, a depreciação das condições de trabalho em função da necessidade que o capital tenta impor de aumentar as taxas de lucro por meio do crescimento de trabalho não-pago. De maneira mais específica, a precarização assume as formas historicamente determinadas pelo modo com que o capital busca organizar a força de trabalho e pelo modo com que os trabalhadores opõem resistência a tal organização.

Isto ocorre de modo muito intenso e conflituoso, onde ao capital cabe o rebaixamento dos direitos trabalhistas sempre tão caros aos trabalhadores. Este processo de perdas sofrido pelos trabalhadores pode agravar-se nas relações cooperativistas, pois, estas mesmas são amparadas por leis que caracterizam o trabalhador como autônomo, como seus próprios patrões, o que será problematizado com o decorrer da pesquisa.

Cabe ressaltar ainda, que a precarização do trabalho apresenta diversas formas e características, sendo uma delas encontrada nas ocupações inseridas na chamada informalidade, que Maria Augusta Tavares analisa dizendo que “*quando o capitalismo partilhava a idéia de que a sua organização produtiva, regulada pelo livre mercado, se expandiria de forma equilibrada, homogênea e amplamente integradora, o ‘setor informal’ era visto como sinônimo de atraso*” (TAVARES, 2002, p. 51). Deste modo, o que se convencionou chamar “setor informal”, era visto como paralelo ao capitalismo, como algo que não estaria inserido em suas relações. Porém, de acordo com as constatações acerca das atuais mudanças no mundo do trabalho, ele tem se tornado preponderante nas relações capitalistas contemporâneas, agora amparado pelos discursos que difundem as “regalias” da autonomia.

A autonomia presente nos discursos capitalistas é considerada por Lazzarato e Negri como uma forma de exploração renovada, moldada às necessidades atuais do capital. A jornada destes trabalhadores é cada vez mais intensa, segundo Lazzarato e Negri (2001):

A jornada de trabalho fica porosa, não no sentido de sua diminuição quantitativa, mas no sentido de que “os trabalhadores autônomos trabalham sempre”. De fato, o trabalhador autônomo, dentro da sua jornada de trabalho, não tem mais a possibilidade de separar espaços de não-trabalho, de “refúgio”, de resistência, como a continuidade da relação salarial permitia.

Logo, esta falsa “autonomia” do trabalhador é posta em xeque na relação social de exploração entre comprador e vendedor dos materiais recicláveis, onde às indústrias de reciclagem cabem os maiores frutos desta cadeia produtiva, que tem como base os trabalhadores que catam sua matéria prima, o lixo descartado pela sociedade de consumo.

Desta maneira, notamos que o discurso da “autonomia” dos trabalhadores teoricamente diz que ele é livre para desenvolver a atividade que escolher, nos horários e padrões que determinar, porém este é apenas um aspecto da precarização. No caso dos catadores de recicláveis é fácil notar que o preço pago pelo material que recolhem – onde está camuflado o trabalho sob a forma de mercadoria – é extremamente baixo, o que o obriga a desempenhar jornadas de trabalho longas e exaustivas. Nota-se a relevância deste elemento na jornada de trabalho explicada pela catadora Nair Ribeiro:

Pega a uma e vou até oito, nove hora da noite. (...) A semana inteira. (...) É só no domingo mesmo que não dá muito pra gente ir, que cansa e daí a gente não faz nada. E no feriado das veis sim, das veis não. (...) É, das veis o trajeto é o mesmo, das veis não. Das veis você tem que troca senão você não tira o lucro que precisa. (...) É, dá pra vive, bem, bem não, mas dá pra gente vive.⁵

Esta fala demonstra as limitações sofridas pelo trabalhador frente à atividade da cata de recicláveis, pois o mesmo é levado a criar

⁵ Entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2005.

maneiras nas quais consiga subsistir em tal atividade. Isto evidencia que o trabalhador não pode seguir qualquer lógica de autonomia, uma vez que todo seu tempo fora do trabalho se converte em reprodução de sua força de trabalho, sendo que mesmo o seu tempo livre é reservado ao descanso, sem o qual não conseguiria dar seqüência a mais uma semana de longas jornadas.

Quanto à organização da produção constata-se que há nas cooperativas visitadas durante parte do trabalho empírico, uma nítida divisão do trabalho, como ocorre nas relações tipicamente capitalistas⁶. Isto se dá também em termos de divisão entre elaboração e execução das tarefas. Há nas cooperativas, uma parte administrativa, onde um catador, podendo chegar a três trabalhadores nos casos observados até o momento, trabalha com a questão administrativa da cooperativa, possuindo um conhecimento que não é compartilhado com os demais, controlando as planilhas de recolhimento e venda dos materiais recicláveis e, a presença diária dos catadores, que posteriormente são enviadas à Prefeitura para fechamento do mês, como é possível perceber na fala da catadora Adriana de Oliveira⁷:

Eu que sou a coordenadora, aqui eu vendo, é... marco a presença do pessoal, quantos dias, e daí vo marcando, vendendo e guardando o dinheiro. E daí, vejo os dias, os dias que fecha a quinzena e vejo o material mais bruto, que é os fardo. E daí, pego o dinheiro tudo, tudo marcado com as nota, né. Que tem que ter tudo nota. Daí, levo na Prefeitura, o menino lá fecha pra mim, né. Divide tudo certinho, os dias, o INSS que tem que paga. É assim, eu que coordeno o geral, eu e o meu marido.

⁶ Este é um dos elementos pelos quais se apoiará a crítica às cooperativas enquanto organizações não-capitalistas do trabalho, posição defendida por Singer e Boaventura Santos.

⁷ Entrevista concedida por Adriana de Oliveira para a autora em 22 de julho de 2008.

Já em se pensando na realidade dos trabalhadores que não possuem vínculos com a cooperativa, observa-se que esta divisão do trabalho é mais rudimentar, uma vez que os próprios catadores quando possível, selecionam e armazenam os materiais coletados em sua casa, a fim de conseguirem melhores preços com os atravessadores.

Mas, a realidade vivida pelos catadores não cooperados é muito heterogênea, sendo necessário identificar as formas pelas quais se organizam, como, por exemplo, sob o trabalho que atinge toda a família, pequenos grupos informais para a coleta, ou outros organizados pelos próprios atravessadores, que podem formar seus grupos através do empréstimo de carrinhos ou animais, por exemplo.

No entanto, é preciso registrar que o trabalho em cooperativas é analisado na academia sob visões diferentes. Podemos encontrar estudos analisando o tema como uma forma de ampliar as possibilidades de precarização do trabalho, como ocorre com a fundação de falsas cooperativas, por exemplo, que surgiriam com a finalidade de ofertar mão-de-obra barata e com menores custos sociais e trabalhistas, as também chamadas “cooperfraudes”⁸. Outros analisam como sendo uma alternativa para o problema do desemprego e da pobreza⁹, como uma forma de “inclusão social”, termo que também passará por problematização a partir das experiências concretas vivenciadas por tais trabalhadores.

⁸ Nesta direção, consultar: PICCININI, Valmiria Carolina. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. Sociologias. Porto Alegre, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jun 2006.

⁹ Neste sentido encontramos os trabalhos de César Rodríguez e de Sharit Bhowmik, ambos reunidos na obra de Boaventura de Sousa Santos (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Nesta direção, encontra-se a chamada Economia Solidária, onde Paul Singer desenvolve a função de intelectual orgânico, através de sua atuação no Ministério do Trabalho e do Emprego, na Secretaria Nacional de Economia Solidária. Neste caso, há uma formulação teórica prévia que justifica a venda de projetos que serão aplicados enquanto políticas públicas, como no caso das relações verificadas entre estes trabalhadores e a Itaipu, por exemplo, com o desenvolvimento de projetos pilotos para geração de renda.

Neste sentido, cabe realizar novos levantamentos e analisar a literatura e a legislação existente e suas diferentes visões sobre o tema, confrontando-as, a fim de desenvolver uma postura teórica que permita o enriquecimento das discussões na historiografia contemporânea. Quanto ao caso da atividade específica deste estudo, notou-se que no Brasil, a formação de associações e cooperativas de catadores de recicláveis, dá-se notadamente a partir do início da década de 1990, estando em amplo crescimento desde então. Em Foz do Iguaçu, o processo de constituição de tais cooperativas teve seu início em 2004, com o Programa Coleta Solidária, projeto estabelecido junto aos catadores através de parcerias entre a Prefeitura Municipal e a Itaipu, principalmente. A princípio, a Prefeitura Municipal através da Secretaria de Meio Ambiente e a Itaipu fomentaram o projeto de criação de 17 barracões da cooperativa denominada inicialmente de ARAFOZ, atualmente estão em funcionamento 9 Centros de Triagem. Porém, estas relações ainda estão em fase de investigação e recolhimento de fontes.

Parte da literatura analisada em um estudo anterior acerca do cooperativismo (PELISSER, 2006), indica para uma abordagem sobre as cooperativas como organizações do trabalho solidário que surgem nos contextos de crise da sociedade capitalista como resposta ao desemprego gerado nesta conjuntura e como uma alternativa de renda

para os trabalhadores “não utilizados” nos processos de produção, enquanto uma alternativa de inclusão e de geração de renda¹⁰.

De acordo com a perspectiva de Maria Cristina Soares Paniago, algumas iniciativas autogestionárias podem ser identificadas a partir dos anos 1980, com o fim da Ditadura Militar, sobretudo, expandem-se após a crise neoliberal dos anos 1990. Sua abordagem é crítica no sentido de perceber até que ponto as cooperativas servem como meio para minimizar os problemas sociais mais evidenciados principalmente nos períodos de crise do capital e, de que maneira se convertem em um mecanismo que não é capaz de libertar a classe trabalhadora da opressão da exploração do trabalho. Segundo suas palavras, *desse modo, [estas experiências] aparecem como mecanismo remediador no combate ao desemprego, bem como acabam por desviar o foco da luta de classes do confronto com a lógica do capital, ao colocarem trabalhador contra trabalhador, gerando formas novas de auto-exploração do trabalho.* (PANIAGO, 2008, p.209)

A autora compreende que a autogestão não é democrática como os discursos apontam, pois em grande parte dos casos, não depende apenas dos trabalhadores para surgir (tanto no caso de fábricas assumidas pelos trabalhadores ou, do Poder Público fomentando-as) e, demonstra ser mais uma forma renovada de exploração do capital, como uma maneira a isentar o capitalista das oscilações e prejuízos em contextos de crise, transferindo as pesadas cargas negativas aos trabalhadores. Assim, não se alteram as redes de exploração do capital sobre o trabalho, seria apenas uma nova

¹⁰ Nesta perspectiva podemos encontrar a seguinte obra: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Podemos encontrar ainda, uma síntese acerca da “Economia Solidária” em: SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Texto reunido na obra de Boaventura de Sousa Santos.

roupagem, inclusive com aparências democráticas. Percebe-se no caso em análise, que o surgimento da cooperativa partiu da iniciativa do Poder Público em organizar estes trabalhadores que representam uma parcela da população que gira em torno de mil trabalhadores distribuídos no espaço urbano da cidade.¹¹

O Programa Coleta Solidária pretendia entre outros objetivos, tornar o catador um “verdadeiro agente ambiental”, reduzindo o consumo de matérias primas vegetais, de acordo com preocupações e discursos ambientais, colaborando ainda com a limpeza pública municipal com um montante considerável de economia à prefeitura. Outro objetivo atribuído pela Prefeitura à este programa, aponta para a busca de melhorias nas condições de trabalho e de vida dos catadores de recicláveis, como uma maneira de minimizar o problema da “exclusão social” fortemente presente na cidade.¹²

Portanto, é necessário investigar e discutir com maior ênfase as mudanças nas relações sociais desde as últimas décadas, e de que maneira isto influenciou e influencia no fomento de organizações coletivas de trabalho, principalmente os mais precarizados como no caso dos catadores de recicláveis. Neste sentido, procurar identificar os motivos que levaram a Prefeitura a instigar esta organização coletiva, através dos barracões de cooperativas, assim como perceber de que forma seus incentivos auxiliam e mudam os modos de

¹¹ Segundo informações concedidas pelo gestor do Programa Coleta Solidária, Romildo Rocha.

¹² “Exclusão social” é um conceito utilizado pela Prefeitura Municipal para legitimar seus objetivos, a fim de mostrar à população seu papel como organizadora destes trabalhadores que supostamente estariam às margens do capitalismo. Discurso que discordo por entender sua intrínseca relação com o sistema capitalista e seu circuito de produção e circulação de mercadorias.

trabalhar e viver destes trabalhadores, identificando assim, os motivos pelos quais se cadastram ou não à cooperativa.

Considerações Finais

A partir das considerações brevemente apresentadas, observa-se a estreita relação entre processos mais amplos – como a reestruturação produtiva, a mecanização industrial e do campo e, as flexibilizações das leis trabalhistas – e o objeto deste estudo, os trabalhadores inseridos na precária atividade da cata de recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Não suficiente, percebe-se ainda a maneira como o capital mantém estes trabalhadores ligados aos seus ditames, onde observamos uma nítida divisão do trabalho nas cooperativas de catadores e, de forma mais arcaica, no trabalho dos catadores que trabalham sem qualquer vínculo. Neste sentido, através das análises de Tavares, compreende-se a intrínseca relação destes trabalhadores ao capital, inseridos na chamada informalidade, que por sua vez, apresenta diversos elementos e variações, onde a precarização e a “autonomia” são exemplos.

A partir de leituras bibliográficas aliadas à análise do trabalho empírico, é possível esboçar algumas críticas ao conceito de “economia solidária”, utilizado por Paul Singer. Refletindo sobre o tema, observa-se como este processo se dá na realidade social, pautando-se principalmente na visão dos trabalhadores sobre o assunto para contribuir com as discussões historiográficas sobre o tema. Contudo, é válido lembrar que as reflexões realizadas preliminarmente neste texto referem-se ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado até o presente momento, sendo que ainda será necessário aprofundar as discussões e compreensões acerca das trajetórias ocupacionais, condições de trabalho e vida, e observação do próprio processo de trabalho dos catadores.

Bibliografia

BEYNON, Huw. **As práticas do trabalho em mutação**. In: ANTUNES, Ricardo (org.) Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1997.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23. n° 67. junho/2008.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis**, 2006, mimeo.

_____. **Discussão Historiográfica Sobre Trabalho Precarizado: tentando construir uma abordagem no campo marxista**. Texto apresentado no Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Precarizado no Extremo Oeste do Paraná, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARDIN, Eric Gustavo. **Sacoleiros e “Laranjas” na Tríplice Fronteira: Uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Araraquara/SP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, dissertação de mestrado, 2006.

DIAS, Edmundo F. **Reestruturação Produtiva: a forma atual da luta de classes**. In. Outubro. n.1, p.45-52, maio de 1998.

LAZZARATO, Maurizio. **“Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e General Intellect”**. In: LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Trad. Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão de trabalhadores**. In: Revista Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n.17, São Paulo: 2008.

PELISSER, Sônia. **Cooperativismo e Precarização do Trabalho: análise sobre a cata de recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR (1990-2006)**. Marechal Cândido Rondon, 2006. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Desenvolvimento e crise**. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

TAVARES, Maria Augusta. “**Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista**”. In: *OUTUBRO*, Nº 7. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

VIEITEZ, Candido G. DAL RI, Neusa M.. *Trabalho associado. Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro, DP e A editora, 2001.

